



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 3844/2000

Ementa

DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ARTIGO 2º, AO § 7º DO ARTIGO 3º E AO INCISO III DO ARTIGO 7º, ACRESCENTA INCISOS AO ARTIGO 7º, E REVOGA O ITEM 2 DO INCISO XII DO ARTIGO 7º, TODOS DA LEI Nº 3723 DE 19 DE MAIO DE 1.999, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMPRAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO SEPREV - SERVIÇO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E ESTE A ALIENÁ-LOS ÀQUELE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

08/03/2000

Status de Vigência

Em vigor



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N.º 3.844 DE 08 DE MARÇO DE 2.000

“Dá nova redação ao § 4º do artigo 2º, ao § 7º do artigo 3º e ao inciso III do artigo 7º, acrescenta incisos ao artigo 7º, e revoga o ítem 2 do inciso XII do artigo 7º, todos da Lei nº 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço Municipal de Previdência Social e este a aliená-los àquele e dá outras providências.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º - O § 4º do artigo 2º, o § 7º do artigo 3º e o inciso III do artigo 7º da Lei 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço Municipal de Previdência social e este a aliená-los àquele e dá outras providências, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º -

“§ 4º - A conclusão do prédio administrativo inclui a instalação de divisórias em todas as alas de serviço administrativo, de conformidade com “lay out” a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Economia e Planejamento da Prefeitura Municipal, e a instalação de móveis e equipamentos necessários para a utilização do anfiteatro.”

“Art. 3º -

“§ 7º - A metade dos acréscimos mensais incidentes sobre o preço, previstos no § 2º deste artigo, a partir do aditamento a ser lavrado por ocasião da transferência da posse dos imóveis em favor da Prefeitura Municipal (§ 2º do artigo 2º) para estabelecer o valor final da compra e venda dos mesmos, será paga por esta juntamente com cada uma das parcelas mensais de pagamento do preço, ficando automaticamente incorporada ao preço dos imóveis a outra metade desses acréscimos mensais.”

“Art. 7º -



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

“III - Uma área de terra situada nesta cidade e comarca de Indaiatuba, com as seguintes medidas e confrontações: inicia no ponto de confrontação com a Avenida Tamandaré e Rua Paraná e confrontando com a Rua Paraná segue por 114,00 metros em rumo de NE 55° 26' 43" SW; deflete à direita e confrontando com a Rua Pará segue em rumo de NW 34° 33' 46" SE por 100,00 metros; deflete à direita e confrontando com a Rua Goiás segue em rumo de NE 55° 26' 43" SW, por 84,75 metros, deflete à direita e confrontando com a área A-1 segue em rumo de NW 33° 35' 00" SE por 57,62 metros; deflete à esquerda e segue em rumo de NE 55° 24' 40" SW, por 22,21 metros, deflete à direita e segue em rumo de NW 34° 36' 04" SE, por 3,40 metros; deflete à esquerda e segue em rumo de NE 60° 00' 32" SW, por 8,05 metros; deflete à direita e confrontando com a Avenida Tamandaré, segue em rumo de NW 34° 33' 46" SE, por 38,36 metros, encontrando o ponto inicial desta descrição, totalizando a área de 9.657,07 m², com um pavilhão de 4.018,00 m², de área construída de nº 685 da Avenida Tamandaré, cujo valor se estima em R\$974.845,08, objeto do Registro 02 na Matrícula nº 29.734 do Cartório de Registro de Imóveis de Indaiatuba;”

Art. 2.º - O artigo 7º da Lei 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço Municipal de Previdência Social e este a aliená-los àquele e dá outras providências, fica acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 7º -

“XVII - O imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, desmembrado de imóvel maior composto pelas quadras 91 e 92 do loteamento denominado Cidade Nova - Gleba 2, em Indaiatuba, com as seguintes medidas e confrontações: tem início no ponto de confrontação com o pavilhão nº 685 da Avenida Tamandaré e essa avenida e confrontando com a Avenida Tamandaré, segue em rumo de SE 34° 33' 46" NW por 61,64 metros, até encontrar a rua Goiás; deflete à esquerda e confrontando com a rua Goiás, segue em rumo de SW 55° 26' 43" NE, por 29,25 metros; deflete à esquerda e, confrontando com o pavilhão nº 685 da Avenida Tamandaré, segue em rumo de NW 33° 35' 00" SE por 57,62 metros; deflete à esquerda e segue em rumo de NE 55° 24' 40" SW, por 22,21 metros; deflete à direita e segue em rumo de NW 34° 36' 04" SE, por 3,40 metros; deflete à esquerda e segue em rumo de NE 60° 00' 32" SW, por 8,05 metros, até encontrar a Avenida Almirante Tamandaré, ponto inicial desta descrição, , totalizando a área de 1.742,93 m², com uma edificação para escritórios, vestiários e sanitários, com 443,00 m² de área construída, conforme Matrícula nº 21.329 do Cartório de Registro de Imóveis de Indaiatuba, cujo valor se estima em R\$318.539,91;

“XVIII - Área remanescente de um imóvel maior pertencente ao Patrimônio Público Municipal, com frente para a Avenida Visconde de Indaiatuba (antiga Avenida Itororó), em Indaiatuba, com as seguinte medidas e confrontações: tem início no ponto de confrontação com terreno pertencente à Prefeitura Municipal

W



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

de Indaiatuba e a Av. Visconde de Indaiatuba, e confrontando com essa avenida segue no Rumo NW 44° 35' 14" SE por 98,64 metros; deflete à esquerda e segue em curva por 17,78, na confluência da Av. Visconde de Indaiatuba com a Alameda da Criança, deflete à esquerda e confrontando com a Alameda da Criança segue no rumo NE 22° 02' 41" SW, por 102,13 metros; deflete à esquerda e confrontando com área remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, segue no rumo NW 67° 45' 13" SE por 73,54 metros; deflete à esquerda e confrontando com imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, segue no rumo NE 45° 25' 52" SW por 73,36 metros, até atingir a Av. Visconde de Indaiatuba, ponto inicial desta descrição, encerrando uma área de 8.166,29 m², conforme transcrição nº 21.580 de 02 de junho de 1976 do Cartório de Registro de Imóveis de Itu, com uma construção hospitalar paralizada, cujo valor se estima em R\$496.747,16;

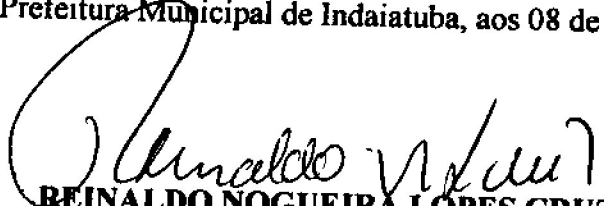
"XIX - A Quadra 83 do Loteamento Cidade Nova - Gleba 2, de forma regular, que mede 100,00 metros de frente para a Rua Pará, 50,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando de um lado com a Rua Piauí e de outro lado com a Rua Alagoas, e 100,00 metros nos fundos, onde confronta com a Rua Maranhão, perfazendo a área de 5.000,00 m², cujo valor se estima em R\$324.857,00; e

"XX - A Quadra 93 do Loteamento Cidade Nova - Gleba 2, de forma regular, que mede 100,00 metros de frente para a Rua Pará, 50,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando de um lado com a Rua Bahia e de outro lado com a Rua Goiás, e 100,00 metros nos fundos, onde confronta com a Rua Maranhão, perfazendo a área de 5.000,00 m², cujo valor se estima em R\$324.857,00."

Art. 3º - Fica revogado o item 2 do inciso XII do artigo 7º da Lei 3.723 de 19 de maio de 1.999, que autoriza o Poder Executivo a comprar imóveis de propriedade do SEPREV - Serviço Municipal de Previdência social e este a aliená-los àquele e dá outras providências.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 08 de março de 2.000.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL